

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	7
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	15

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	32
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	33
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	34

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.457.000
Preferenciais	0
Total	1.457.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	2.934.000	1.465.000
1.01	Ativo Circulante	1.505.000	261.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	539.000	194.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	898.000	10.000
1.01.03	Contas a Receber	36.000	31.000
1.01.03.01	Clientes	36.000	31.000
1.01.03.01.01	Contas a receber das operações	36.000	31.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	25.000	16.000
1.01.07	Despesas Antecipadas	7.000	10.000
1.01.07.01	Despesas Antecipadas e Outros Créditos	7.000	10.000
1.02	Ativo Não Circulante	1.429.000	1.204.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	537.000	477.000
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	28.000	27.000
1.02.01.04	Contas a Receber	60.000	0
1.02.01.04.03	Contas a Receber com Operações de Derivativos	60.000	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	449.000	450.000
1.02.01.07.01	Imposto de renda e contribuição social diferidos	449.000	450.000
1.02.03	Imobilizado	80.000	40.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	15.000	5.000
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	65.000	35.000
1.02.04	Intangível	812.000	687.000
1.02.04.01	Intangíveis	812.000	687.000
1.02.04.01.02	Intangível	427.000	385.000
1.02.04.01.03	Infraestrutura em construção	385.000	302.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	2.934.000	1.465.000
2.01	Passivo Circulante	359.000	230.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.000	13.000
2.01.02	Fornecedores	65.000	82.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.000	9.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.000	4.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.000	4.000
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.000	5.000
2.01.03.03.01	Impostos e contribuições a recolher	4.000	5.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	140.000	52.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	52.000	52.000
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	52.000	52.000
2.01.04.02	Debêntures	88.000	0
2.01.05	Outras Obrigações	135.000	74.000
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	71.000	72.000
2.01.05.02	Outros	64.000	2.000
2.01.05.02.05	Obrigações com o Poder Concedente	1.000	1.000
2.01.05.02.06	Contas a pagar com operações de derivativos	61.000	0
2.01.05.02.07	Outras obrigações	2.000	1.000
2.02	Passivo Não Circulante	1.966.000	625.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.949.000	609.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	601.000	609.000
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	601.000	609.000
2.02.01.02	Debêntures	1.348.000	0
2.02.02	Outras Obrigações	8.000	11.000
2.02.02.02	Outros	8.000	11.000
2.02.02.02.04	Fornecedores	7.000	9.000
2.02.02.02.05	Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	1.000	2.000
2.02.04	Provisões	9.000	5.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.000	5.000
2.02.04.01.05	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	9.000	5.000
2.03	Patrimônio Líquido	609.000	610.000
2.03.01	Capital Social Realizado	1.457.000	1.457.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-848.000	-847.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	221.000	103.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-154.000	-41.000
3.02.01	Custo de construção	-121.000	-2.000
3.02.02	Serviços	-9.000	-22.000
3.02.03	Custos contratuais	-5.000	-4.000
3.02.04	Depreciação e amortização	-2.000	0
3.02.05	Custo com pessoal	-10.000	-10.000
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-6.000	-2.000
3.02.08	Outros	-1.000	-1.000
3.03	Resultado Bruto	67.000	62.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-30.000	-21.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-30.000	-21.000
3.04.02.01	Serviços	-3.000	-5.000
3.04.02.03	Despesas com pessoal	-7.000	-3.000
3.04.02.05	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-1.000	0
3.04.02.06	Reversão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-4.000	4.000
3.04.02.10	Outras receitas (despesas) operacionais	-14.000	-12.000
3.04.02.15	Indenização civil e trabalhista	-1.000	-5.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	37.000	41.000
3.06	Resultado Financeiro	-37.000	-16.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	0	25.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.000	-4.000
3.08.02	Diferido	-1.000	-4.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.000	21.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.000	21.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0	0,0194
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0	0,0194

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.000	21.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.000	21.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	80.000	30.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	32.000	40.000
6.01.01.01	Lucro (líquido) e prejuízo do período	-1.000	21.000
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.000	0
6.01.01.03	Depreciação e amortização	2.000	0
6.01.01.05	Juros e variação monetária sobre financiamentos	57.000	17.000
6.01.01.07	Capitalização de custos dos empréstimos	-4.000	0
6.01.01.08	Resultado com operações de derivativos	1.000	0
6.01.01.09	Valor justo de debêntures	-3.000	0
6.01.01.13	Comissão de fianças com partes relacionadas	1.000	1.000
6.01.01.14	Constituições líquidas de rev. e atual. para prov. de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	5.000	1.000
6.01.01.17	Rendimento de aplicação financeira	-27.000	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	48.000	-10.000
6.01.02.01	Contas a receber das operações	-5.000	-7.000
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-9.000	0
6.01.02.06	Despesas antecipadas e outros créditos	3.000	-1.000
6.01.02.07	Fornecedores	65.000	-4.000
6.01.02.08	Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	-3.000	7.000
6.01.02.09	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-1.000	5.000
6.01.02.11	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	0	-2.000
6.01.02.15	Obrigações sociais e trabalhistas	-2.000	-2.000
6.01.02.16	Outras obrigações	1.000	0
6.01.02.17	Pagamento da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-1.000	-6.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.109.000	-3.000
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-39.000	-1.000
6.02.02	Adições do ativo intangível	-208.000	-2.000
6.02.04	Aplicação na conta reserva	-1.000	1.000
6.02.10	Aplicações financeiras líquidas de resgate	-861.000	-1.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.374.000	-26.000
6.03.03	Empréstimos e Financiamentos (Pagamento de principal)	-13.000	-12.000
6.03.05	Debêntures (Captação)	1.400.000	0
6.03.06	Empréstimos e Financiamentos (Pagamento de juros)	-13.000	-14.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	345.000	1.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	194.000	56.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	539.000	57.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.457.000	0	0	-847.000	0	610.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.457.000	0	0	-847.000	0	610.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.000	0	-1.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.000	0	-1.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.457.000	0	0	-848.000	0	609.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.088.000	0	0	-1.405.000	0	-317.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.088.000	0	0	-1.405.000	0	-317.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	21.000	0	21.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	21.000	0	21.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.088.000	0	0	-1.384.000	0	-296.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2026 à 31/03/2026	01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	231.000	113.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	230.000	112.000
7.01.02	Outras Receitas	1.000	1.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-165.000	-49.000
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-21.000	-29.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-23.000	-18.000
7.02.04	Outros	-121.000	-2.000
7.02.04.01	Custo de construção	-121.000	-2.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	66.000	64.000
7.04	Retenções	-2.000	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.000	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	64.000	64.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	67.000	2.000
7.06.02	Receitas Financeiras	67.000	2.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	131.000	66.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	131.000	66.000
7.08.01	Pessoal	14.000	12.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.000	9.000
7.08.01.02	Benefícios	5.000	3.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.000	14.000
7.08.02.01	Federais	8.000	9.000
7.08.02.03	Municipais	5.000	5.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	105.000	19.000
7.08.03.01	Juros	104.000	18.000
7.08.03.02	Aluguéis	1.000	1.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.000	21.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.000	21.000

Comentário do Desempenho

1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL PANTANAL

Janeiro a março de 2026

A Pantanal (“Motiva Pantanal” ou “Companhia” ou “Concessionária”) é uma sociedade por ações controlada pela Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. (“Motiva”), a qual detém diretamente 100% do capital social da Companhia.

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), incluem também as disposições da lei n.º 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis para a apresentação das informações financeiras intermediárias e as comparações são referentes ao 1T26.

1.1 - Principais destaques

A Companhia conquistou recentemente importantes certificações que reforçam seu protagonismo em sustentabilidade e ESG. Tornou-se a primeira concessionária do Brasil e do grupo Motiva a obter a Certificação Lixo Zero, reconhecendo a gestão responsável de resíduos, com mais de 90% destinados à reutilização, reciclagem ou compostagem, em conformidade com os padrões internacionais da Zero Waste International Alliance (ZWIA). A certificação, concedida pelo Instituto Lixo Zero Brasil, reconhece empresas e iniciativas que adotam práticas eficazes de gestão e destinação de resíduos. Adicionalmente, a Companhia recebeu o Certificado Empresa Amiga das Abelhas e o Selo API's + Juntos pelas Abelhas, destacando suas práticas socioambientais voltadas à preservação das abelhas, da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. Essas conquistas consolidam a Companhia como referência nacional em sustentabilidade, economia circular e responsabilidade ambiental.

Em linha com o cronograma de investimentos para execução das obras, o Verificador Independente contratado pela INFRA S.A. protocolou o Relatório de Avanço Físico, apurando uma execução acumulada de 5,15%, superior à meta planejada para o período que foi acordada em comum com o Poder Concedente de 1,69%, evidenciando o comprometimento da Companhia com a melhoria da fluidez do tráfego e a segurança dos usuários da rodovia.

Comentário do Desempenho

1.2 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita bruta operacional

Receita bruta [R\$ mil]	1T26	1T25	Var.%
Receita de pedágio	107	108	-0,93%
Receitas acessórias	2	2	0%
Receita de construção	121	2	5.950,0%
Receita bruta total	230	112	105,4%
Deduções	(9)	(9)	0%
Receita líquida total	221	103	114,6%

Receita de pedágio: Houve redução de -0,93% no 1T26 frente ao 1T25, explicada pela menor movimentação de commodities (sobretudo grãos) aos portos, em função do aumento dos custos de frete decorrente da alta dos preços do petróleo e do diesel.

Receitas acessórias: O resultado do 1T26 manteve-se estável em relação ao 1T25, sem variação no período.

Receita de construção: Nesse item estão considerados os investimentos de ampliação da capacidade da rodovia, o aumento de 5.950,0% no 1T26 em comparação ao 1T25, referem-se à execução das obras de ampliação da capacidade (duplicação e faixas adicionais) da rodovia objeto do termo aditivo assinado em agosto de 2025.

Custos e despesas totais

Indicadores [R\$ mil]	1T26	1T25	Var.%
Custo de construção	(121)	(2)	5.950,0%
Custos e despesa com pessoal	(17)	(13)	30,8%
Materiais, equipamentos e veículos	(6)	(2)	200,0%
Serviços de terceiros	(12)	(27)	-55,6%
Outros custos e gastos gerais	(26)	(18)	44,4%
Depreciação e Amortização	(2)	-	100%
Custos e despesas totais	(184)	(62)	196,8%

Os custos e as despesas totais apresentaram um aumento de 196,8% no 1T26 em comparação ao 1T25, devido a mobilização das equipes, contratação de seguros e aquisições diversas para execução dos serviços.

Custo de construção: Aumento de 5.950,0% dos investimentos no 1T26 em comparação ao 1T25, devido ao início das obras de ampliação da capacidade (duplicação e faixas adicionais) da rodovia objeto do termo aditivo assinado em agosto.

Comentário do Desempenho

Serviços de terceiros: Redução de -55,6% nos serviços de terceiros, principalmente em função dos serviços de reparo de pavimento, que passaram a ser classificados como upgrade (CAPEX) e deixaram de impactar os custos da Companhia, em razão da mudança na solução adotada para sua execução e maior durabilidade.

Custos com pessoal: Os custos com pessoal aumentaram 30,8% no 1T26 em comparação ao 1T25, aumento devido a extensão do contrato de concessão, ocasionando em novas contratações e transferência colaboradores de outras unidades.

Outros custos e gastos gerais: Aumento de 44,4% no 1T26 em relação ao 1T25, devido a atualização dos processos judiciais.

EBITDA e EBIT

Reconciliação EBITDA [R\$ mil]	1T26	1T25	Var. %
Lucro (prejuízo) líquido	(1)	21	-104,8%
(+) IR/CS	1	4	-75,0%
(+) Resultado financeiro	37	16	131,3%
(+) Depreciação e amortização	2	-	100,0%
EBITDA (a)	39	41	-4,9%
<i>Margem EBITDA Ajustado (a)</i>	<i>39,00%</i>	<i>40,59%</i>	<i>-1,6 p.p.</i>

Reconciliação EBIT [R\$ mil]	1T26	1T25	Var. %
Lucro (prejuízo) líquido	(1)	21	-104,8%
(+) IR/CS	1	4	-75,0%
(+) Resultado financeiro	37	16	131,3%
EBIT (a)	37	41	-9,8%
<i>Margem EBIT Ajustado (b)</i>	<i>37,00%</i>	<i>40,59%</i>	<i>-4 p.p.</i>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM n.º 156/2022;

(b) As margens EBITDA e EBIT ajustadas foram calculadas sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Resultado Financeiro	1T26	1T25	Var. %
Despesas financeiras	(104)	(18)	477,8%
Juros sobre financiamentos e debêntures	(33)	(14)	135,7%
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	(24)	(3)	700,0%
Juros e variações monetárias sobre obrigações	(1)	(1)	0,0%
Perda com operações de derivativos	(14)	-	100,0%
Capitalização de custo dos empréstimos	4	-	100,0%
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	(9)	-	100,0%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(27)	-	100,0%

Comentário do Desempenho

Receitas financeiras	67	2	3250,0%
Ganho com operações de derivativos	13	-	100,0%
Valor justo operações <i>hedge fair value option</i>	12	-	100,0%
Rendimento sobre aplicação financeira	42	2	2000,0%
Resultado financeiro líquido	(37)	(16)	131,3%

2. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

No comparativo do 1T26 e 1T25, observou-se uma redução significativa nos acidentes com vítimas feridas (-10,2%) e números de mortos (-11,1%), redução também no índice de feridos (-4,8%) e índice de MORTOS em (-10,1) devido o compromisso da Companhia, em consonância com o Programa de Redução de Acidentes (PRA), o qual inclui a vigilância e intervenções em pontos identificados como mais propensos a acidentes, trabalha continuamente visando diminuir tanto a frequência quanto a gravidade desses eventos quanto aprimorar a Segurança Viária.

Na BR-163/MS, a Companhia tem promovido campanhas educativas, medidas de engenharia viária e ações coercitivas desde 2014, além de intervenções específicas durante feriados prolongados e eventos como o Maio Amarelo e a Semana Nacional do Trânsito. Adicionalmente, são realizadas Micro Ações, uma inovação implementada em 2019, que consistem em intervenções rápidas realizadas pelas equipes de atendimento em pontos críticos ao longo da rodovia. Também são conduzidas palestras em empresas próximas, postos de serviços, comunidades e escolas, com suporte de sistemas inteligentes (ITS), incluindo o PMV (painéis de mensagens fixos e móveis) para divulgação de mensagens educativas em tempo real e o CFTV (circuito fechado de TV) para monitoramento da via, contribuindo para uma gestão mais eficaz das ações preventivas, aumento da segurança viária e otimização dos recursos. Todas essas iniciativas visam conscientizar a população sobre a importância da redução de acidentes.

TOTAL DE ACIDENTES	1T26	1T25	Var.%
Acidentes com Vítimas Feridas	401	417	-3,8%
Número de Mortos	150	167	-10,2%
Índice de Feridos	49,37	51,87	-4,8%
Índice de Mortos – IM	1,52	1,71	-11,1%

Comentário do Desempenho

3. Considerações finais

As informações trimestrais (ITR) da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

4. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 31 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. ("GT") sobre as informações trimestrais da Companhia, emitido nesta data, e com as respectivas informações trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2026.

Campo Grande, 12 de maio de 2026.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 31 de março de 2026

Para este ITR, houve alteração na unidade de apresentação dos saldos atuais e comparativos, que passaram de milhares de Reais para milhões de Reais.

Os saldos apresentados nestas ITRs estão expressos em milhões de Reais, arredondados para a respectiva unidade de apresentação, exceto quando indicado de outra forma.

Adicionalmente, para fins de submissão do formulário ITR no sistema da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que exige a inserção padronizada em milhares de Reais, os valores foram alimentados a partir dos saldos finais já arredondados em milhões, multiplicados por 1.000.

1. Contexto operacional

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do contrato de concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), em decorrência do leilão objeto do edital de concessão n.º 005/2013 ("contrato de concessão"). A sede está localizada na avenida Zilá Corrêa Machado, número 5.600, no bairro Moreninha, na cidade de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Neste trimestre findo em 31 de março de 2026 não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

A Companhia conta com suporte financeiro da acionista controladora Motiva.

1.1. Outras informações relevantes – Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões do contrato de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão.

Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a questões que afetam a interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas

Notas Explicativas

sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior (i.e., pandemia da COVID-19), modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

A Administração reitera sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias do contrato como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões.

Bens reversíveis

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Todos os bens da concessão ou investimentos neles realizados deverão ser integralmente depreciados e amortizados pela Concessionária no prazo da Concessão nos termos da legislação vigente.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

Estas ITRs foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das ITRs estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 12 de maio de 2026, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão destas ITRs.

3. Políticas contábeis materiais

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais políticas contábeis materiais e, portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

4. Determinação dos valores justos

Neste trimestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste trimestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	31/03/2026	31/12/2025
Caixa e bancos	10	24
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	529	170
Total	539	194
Aplicações financeiras	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	898	10
Aplicações financeiras (a)	898	10
Não circulante	28	27
Conta reserva (b)	28	27
Total	926	37

Notas Explicativas

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 101,93% do CDI, equivalente a 15,07% a.a., em 31 de março de 2026 (100,70% do CDI, equivalente a 14,41% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2025).

- (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e
- (b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas aos financiamentos (nota explicativa n.º 14).

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber líquidas

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	36	31
Contas a receber das operações (a)	36	31
Total	36	31

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária, créditos a receber decorrentes de vale pedágio e créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) prevista no contrato de concessão.

7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	31/03/2026	31/12/2025
Créditos a vencer	36	31
Total	36	31

8. Imposto de renda e contribuição social

8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	31/03/2026	31/03/2025
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-	25
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	-	(9)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	-	5
Outros ajustes tributários	(1)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(1)	(4)
Impostos diferidos	(1)	(4)
Alíquota efetiva de impostos	0,00%	18,52%

8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	31/03/2026	31/12/2025
Ativo	529	528
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	523	523
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2	3
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	3	2
Resultado de operações com derivativos	(1)	-
Valor Justo	1	-
Programa de gratificação longo prazo	1	-
Compensação de imposto ativo	(80)	(78)
Impostos ativos após compensação	449	450
Passivo	(80)	(78)
Capitalização de juros	(76)	(75)
Custo de transação de financiamentos	(3)	(3)
Outros	(1)	-
Compensação de imposto passivo	80	78
Impostos passivos após compensação	-	-
Imposto diferido líquido	449	450

Movimentação do imposto diferido	2026	2025
Saldos em 1º de janeiro	450	454
Reconhecimento no resultado	(1)	(4)
Saldos em 31 de março	449	450

- (a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios, podendo a recuperação ser realizada em prazo diferente, em função de eventuais reorganizações societárias e de estrutura de capital:

	31/03/2026
2026	10
2027	21
2028	35
2029	47
2030	47
2031 em diante	363
Total	523

Notas Explicativas

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora e outras partes relacionadas.

Saldos	31/03/2026			31/12/2025		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	-	11	11	-	24	24
Bancos conta movimento	-	11	11	-	24	24
Passivo	72	-	72	74	-	74
Fornecedores e contas a pagar	72	-	72	74	-	74

Transações	31/03/2026			31/03/2025		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - seguros	-	-	-	-	(1)	(1)
Custos / despesas - benefício a colaboradores	-	-	-	-	(1)	(1)
Despesas de comissão de fianças na emissões de dívidas	(1)	(17)	(18)	(1)	-	(1)
Repasse de custo e despesas - CSC (*)	(17)	-	(17)	(9)	-	(9)

(*) No período findo em 31 de março de 2026, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 15 referente aos repasses de custos e despesas com a Controladora Motiva.

9.1. Profissionais-chave da administração

Despesas com profissionais-chave

	Diretores estatutários e não estatutários
	31/03/2026
Remuneração (a)	1
Outros benefícios:	1
Complemento de PPR do ano anterior pago no ano	1

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 7 de abril de 2026, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1, incluindo honorários, gratificações, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social.

Durante o período findo em 31 de março de 2026, foi repassado através de rateio da Controladora o montante de R\$ 2, referente às despesas e pagamentos de PPR com profissionais chave.

Notas Explicativas

9.2. Taxas contratuais de transações com partes relacionadas

Taxas remuneração - garantias em emissão de dívidas	31/03/2026	31/12/2025
De 0,80% a.a.	(1)	(4)
Total	(1)	(4)

10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado		Total em Imobilizações em		Total imobilizado
	Máquinas e equipamentos	Veículos	operação	andamento	
Saldo em 1º de janeiro de 2026	5	-	5	35	40
Adições	-	-	-	39	39
Transferências	4	5	9	(9)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	1	-	1	-	1
Saldo em 31 de março de 2026	10	5	15	65	80
Custo	10	5	15	65	80
Saldo em 31 de março de 2026	10	5	15	65	80
Taxa média anual de depreciação %					
Em 31 de março de 2026	11	25			

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível			Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento			
Saldo em 1º de janeiro de 2025	330	1	1	332	9	341
Adições	-	-	1	1	349	350
Transferências	56	-	-	56	(56)	-
Amortização	(4)	-	-	(4)	-	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	382	1	2	385	302	687
Custo	650	13	2	665	302	967
Amortização acumulada	(268)	(12)	-	(280)	-	(280)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	382	1	2	385	302	687
Adições	-	-	1	1	127	128
Transferências	44	-	-	44	(44)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(1)	(1)	-	(1)
Amortização	(2)	-	-	(2)	-	(2)
Saldo em 31 de março de 2026	424	1	2	427	385	812
Custo	694	13	2	709	385	1.094
Amortização acumulada	(270)	(12)	-	(282)	-	(282)
Saldo em 31 de março de 2026	424	1	2	427	385	812
Taxa média anual de amortização %						
Em 31 de março de 2026	(*)	20				

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de março de 2026 refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Notas Explicativas

Total	374
Execução de obras e melhorias BR-163	332
Pavimento flexível	20
Implantação Fornecimento de Barreiras	15
Melhoria na infraestrutura da sede	2
Meio Ambiente	1
Projetos e licenciamento ambiental	1
Duplicação da BR-163	1
Faixas adicionais da BR-163	1
Elementos de proteção e segurança	1

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 4 no trimestre findo em 31 de março de 2026. A taxa média de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) no trimestre findo em 31 de março de 2026 foi de 0,24% a.m..

12. Fornecedores

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	65	82
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	50	73
Cauções e retenções contratuais	15	9
Não circulante	7	9
Cauções e retenções contratuais	7	9
Total	72	91

Referem-se principalmente a contratações de fornecedores e prestações de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

13. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	11	13
Salários e remuneração a pagar	2	2
Benefícios, gratificações e participações a pagar	2	6
Encargos sociais e previdenciários	2	2
Provisão para férias	5	3
Total	11	13

14. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.) (a)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	31/03/2026	31/12/2025
BNDES - FINEM I (Subcrédito A e R1)	TJLP + 2% a.a.	2,2338%	Março de 2039	17	6	515	521 (b) (c) (d)
Caixa Econômica Federal	TJLP + 2% a.a.	2,1918%	Março de 2039	3	1	98	99 (b) (c) (d)
Caixa Econômica Federal	TJLP + 2% a.a.	2,4844%	Março de 2039	3	1	40	41 (b) (c) (d)
Total geral						8	661

Notas Explicativas

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	52	52
Financiamentos	53	53
Custos de transação	(1)	(1)
Não Circulante	601	609
Financiamentos	608	616
Custos de transação	(7)	(7)
Total	653	661

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada;

Garantias:

- (b) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis;
- (c) Garantia real; e
- (d) 100% aval/fiança corporativa da Motiva.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	31/03/2026
2027	38
2028	51
2029	51
2030	51
2031 em diante	417
(-) Custos de transação	(7)
Total	601

A Controladora Motiva, até o *completion* total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data-base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras auditadas. Em relação à Companhia, esta deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1 e apresentação do índice PL/Ativo maior ou igual a 0,2. O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES. Não há quebra de *covenants* relacionados aos financiamentos.

Conforme cláusula quarta do contrato firmado com BNDES, a partir de 16 de janeiro de 2019, a Companhia deve efetuar depósitos em conta reserva, na qual permanecerão bloqueados durante todo o prazo do contrato de financiamento. Em 31 de março de 2026, o saldo aplicado totaliza R\$ 28.

Notas Explicativas**15. Debêntures**

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	31/03/2026	31/12/2025
1ª Emissão - Série única	IPCA+7,3161% a.a.	(a)	Dezembro de 2030	-		1.436	- (b)
				Total	-	1.436	-

		31/03/2026
Circulante		88
Debêntures		20
Valor justo		68
Não circulante		1.348
Debêntures		1.420
Valor justo		(72)
Total		1.436

(a) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 20;

Garantias:

(b) Aval/fiança corporativa da Motiva na proporção de sua participação acionária direta/indireta.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	31/03/2026
2030	1.420
Total	1.420

A Companhia possui contrato financeiro, como debêntures, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado do referido contrato. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

16. Riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

16.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus

Notas Explicativas

assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4	1	5
Constituição	4	1	5
Pagamentos	-	(1)	(1)
Saldo em 31 de março de 2026	8	1	9

16.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributárias, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	31/03/2026	31/12/2025
Cíveis e administrativos	2	3
Trabalhistas e previdenciários	2	3
Tributárias	1	1
Total	5	7

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

O capital social subscrito da Companhia é de R\$ 1.457, composto por 1.457 ações ordinárias e sem valor nominal.

17.2. (Prejuízo) lucro básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

Lucro por ação - básico e diluído

	31/03/2026	31/03/2025
Numerador		
(Prejuízo) lucro	(1)	21
Denominador		
Média ponderada de ações (em milhões)	1.456	1.088
(Prejuízo) lucro por ação - básico e diluído	(0,00069)	0,01940

Notas Explicativas**18. Receitas operacionais líquidas**

	31/03/2026	31/03/2025
Receita bruta	230	112
Receitas de pedágio	107	108
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	121	2
Receitas acessórias	2	2
Deduções das receitas brutas	(9)	(9)
Impostos sobre receitas	(9)	(9)
Receita operacional líquida	221	103

19. Resultado financeiro

	31/03/2026	31/03/2025
Despesas financeiras	(104)	(18)
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	(57)	(17)
Comissão de fianças com partes relacionadas	(1)	(1)
Perda com operações de derivativos	(14)	-
Capitalização de custo dos empréstimos	4	-
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	(9)	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(27)	-
Receitas financeiras	67	2
Rendimento sobre aplicações financeiras	42	2
Ganho com operações de derivativos	13	-
Valor justo operações <i>hedge fair value option</i>	12	-
Resultado financeiro líquido	(37)	(16)

20. Instrumentos financeiros**20.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo**

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Notas Explicativas

		31/03/2026	31/12/2025
Ativo	Nível	1.561	262
Valor justo através do resultado		1.525	231
Caixa e bancos	Nível 2	10	24
Aplicações financeiras	Nível 2	1.427	180
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	28	27
Contas a receber com operações de derivativos	Nível 2	60	-
Custo amortizado		36	31
Contas a receber das operações		36	31
Passivo	Nível	(2.297)	(828)
Valor Justo através do resultado		(1.497)	-
Debêntures (a)		(1.436)	-
Contas a pagar com operações de derivativos		(61)	-
Custo amortizado		(800)	(828)
Financiamentos (a)		(653)	(661)
Fornecedores e outras obrigações		(74)	(92)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(72)	(74)
Obrigações com o Poder Concedente		(1)	(1)
Total		(736)	(566)

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*hedge accounting*) - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (nível 2) (*hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 1.436 em 31 de março de 2026, conforme detalhado a seguir:

Série	Taxa contratual	Taxa contratual - Swap	Custo amortizado (a)
Debêntures - 1ª Emissão - Série única	IPCA+7,3161% a.a.	CDI – 0,38% / CDI – 0,30% a.a.	1.440

(a) Valores brutos dos custos de transação.

20.2. Instrumentos financeiros derivativos

As operações em aberto com derivativos em 31 de março de 2026, têm como objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para mitigar os riscos de inflação/juros de emissão de debêntures. Abaixo estão detalhadas as operações vigentes em 31 de março de 2026:

Notas Explicativas

Risco	Risco coberto
Swap - risco de juros	7,3161% Debêntures - 1ª emissão - Série única

Os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

O quadro a seguir demonstra os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Operação	Data de vencimento	Valores de Referência (Nocional)	Efeito acumulado	Resultado
		Moeda Local	Valores a receber/ a pagar	Ganho/(Perda) em resultado
		31/03/2026	31/03/2026	31/03/2026
Swap - riscos de juros		1.418	(1)	(1)
Pantanal	2030	1.418	(1)	(1)
Total		1.418	(1)	(1)

20.3. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

20.3.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos, aplicações financeiras e auto de infração com o Poder Concedente, com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de março de 2027 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

Risco	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
TJLP	(661)	(75)	(90)	(105)
CDI	(1.418)	(196)	(247)	(297)
IPC-A	(9)	(1)	(1)	(2)
Efeito sobre financiamentos, debêntures e derivativos		(272)	(338)	(404)
CDI	1.471	181	226	271
Efeito sobre as aplicações financeiras		181	226	271
Total do efeito de perda		(91)	(112)	(133)

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:	CDI ⁽²⁾	14,6500%	18,3125%	21,9750%
	IPC-A ⁽³⁾	4,1400%	5,1750%	6,2100%
	TJLP ⁽⁴⁾	9,1300%	11,4125%	13,6950%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) a (4) estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/03/2026, divulgada pela B3;
- (3) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Taxa de 31/03/2026, divulgada pelo BNDES;
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/03/2026, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (6) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI, IPCA e TJLP).

21. Compromissos vinculados a concessão

21.1 Compromissos relativos à concessão

A concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecido no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

	31/03/2026	31/12/2025
Compromissos relativos à concessão	11.925	12.083

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenção menores não periódicas.

Notas Explicativas

21.2 Recursos vinculados

Conforme cláusula 12 do Termo Aditivo nº 06 ao Contrato de Concessão da Companhia, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora e da Conta de Aporte para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades:

- (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial ou ao Mecanismo de Compartilhamento de Risco de Preço de Insumo;
- (ii) compensações decorrentes do acionamento do Mecanismo de Compartilhamento do Risco de Demanda;
- (i) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequente;
- (ii) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- (iii) atenuação dos impactos de Reclassificação Tarifária, em caso de saldo relevante de Recursos Vinculados;
- (iv) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão; e
- (v) realização de ações voltadas ao desenvolvimento de infraestrutura resiliente, à redução das emissões de gases de efeito estufa, ao meio ambiente e à responsabilidade social, além daquelas estabelecidas explicitamente neste Contrato, e em conformidade com a regulamentação da ANTT.

Será destinado a Conta de Retenção o valor correspondente a 2% (dois por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo de concessão, podendo ser ajustado em razão da aplicação dos mecanismos contratuais e dos fatores de reequilíbrio, no âmbito da Revisão Ordinária, conforme a fórmula prevista no contrato:

Alíquota RV = D – A, onde:

- D = Fator D (desconto por inexecução das obras e serviços);
- A = Fator A (acréscimo por antecipação das obras e serviços).

Caso a alíquota seja negativa, seus efeitos incidirão diretamente sobre a Tarifa de Pedágio, conforme disposto na Cláusula 12.3.3 do Termo Aditivo.

A movimentação está demonstrada a seguir:

Recursos vinculados	31/03/2026	31/12/2025
Saldo no início do período	3	-
Constituição	2	3
Saldo no fim do período	5	3

Notas Explicativas

22. Demonstrações dos fluxos de caixa

22.1. Transações que não afetaram caixa

As transações que não afetaram caixa, nos trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:

	31/03/2026	31/03/2025
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(84)	12
Contas a receber do Poder Concedente	-	12
Fornecedores	(84)	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	84	(12)
Outros de ativo imobilizado e intangível	-	(12)
Aquisições ao ativo intangível	84	-

22.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões.

A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

	Debêntures	Financiamentos	Operações com derivativos	Capital social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(661)	-	(1.457)	(2.118)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(1.400)	26	-	-	(1.374)
Captações	(1.400)	-	-	-	(1.400)
Pagamentos de principal	-	13	-	-	13
Pagamentos de juros	-	13	-	-	13
Outras variações que não afetam caixa	(36)	(18)	(1)	-	(55)
Juros e variações monetárias	(39)	(18)	-	-	(57)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	3	-	(1)	-	2
Saldo em 31 de março de 2026	(1.436)	(653)	(1)	(1.457)	(3.547)

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos acionistas, conselheiros e aos administradores da

Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.
Campo Grande – MS

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 12 de maio de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-028.281/O-4 F SP

Élica Daniela da Silva Martins
Contadora CRC 1SP-223.766/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -**

Em observância às disposições constantes no artigo 31, §1º, II, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Brasil ("GT") sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data; e (ii) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2026.

Campo Grande/MS, 12 de maio de 2026.

NELSON SOARES NETO
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

GUILHERME MOTTA GOMES
DIRETOR

ANGELO LUIZ LODI
DIRETOR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 31, §1º, II, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Brasil ("GT") sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data; e (ii) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2026.

Campo Grande/MS, 12 de maio de 2026.

NELSON SOARES NETO
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

GUILHERME MOTTA GOMES
DIRETOR

ANGELO LUIZ LODI
DIRETOR